

Temas polêmicos da Lei Orgânica entram em votação

O impasse na votação dos capítulos da Segurança, Procuradoria Geral do DF e Política Fundiária do projeto de Lei Orgânica terá um fim hoje. Considerados polêmicos, por isso deixados para o final do primeiro turno, os capítulos serão votados pelos deputados distritais. O presidente da Câmara, deputado Benício Tavares (PP) acredita que o primeiro turno será concluído amanhã.

A questão da venda das terras públicas rurais, inserida no capítulo da política fundiária, é a que mais divide os distritais. O PP é favorável à proposta, que tem no deputado Aroldo Satake, o seu maior defensor. O PT e os deputados Carlos Alberto Torres (PPS), Agnelo Queiróz (PCdoB), Maria de Lourdes Abadia (PSDB) e José Ornellas (PL) são contrários à venda e querem que seja

mantido o atual sistema de concessão de uso, pelo qual a terra permanece sob o domínio do governo.

Fracassaram todas as tentativas de acordo e a questão deverá ser decidida no voto. Benício disse que ainda resta uma possibilidade na reunião da Mesa Diretora com os líderes partidários, que ocorre hoje às 10h30, portanto, antes da votação, que está prevista para iniciar-se às 15h. Os dois lados tentarão convencer o outro a votar em sua proposta.

No capítulo da Segurança, as polêmicas se concentram na criação da Secretaria de Justiça, do Conselho de Segurança e da subordinação do Detran à Polícia Civil. O deputado Cláudio Monteiro (PDT) é o maior defensor da inclusão destes dispositivos na Lei Orgânica. A proposta conta

com o apoio do PT. A bancada governista é contrária aos dispositivos.

Opção — Os professores originários de outras unidades da federação que se encontram à disposição do DF, poderão optar, após o consentimento da unidade cedente, por serem aproveitados na Fundação Educacional. Poderão optar os professores que sejam concursados em suas unidades de origem e que estejam à disposição do DF até 31 de dezembro de 1991. Este é o conteúdo de uma emenda aprovada ontem pelos distritais na votação do Ato das Disposições Gerais e Transitórias. A emenda é de autoria do deputado Manoel Andrade (PP).

Um grupo de professores acompanhou a votação nas galerias.